



PARECER FINAL DE REGULARIDADE

PARA: Secretaria de Administração e Patrimônio

DE: Procuradoria de Controles Internos - PROCIN

DATA: 02 de janeiro de 2026

CONTRATO ADM. Nº : 001/2026-PMBB

PROCESSO ADM. Nº: 2025.0826.002/SEMAP

LICITAÇÃO Nº: PE-014/2025-PMBB

ASSUNTO: Análise do Contrato Administrativo

ARP 017/2025-PMBB

PARTES: MUNICÍPIO DE BREU BRANCO – PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ 34.626.440/0001-70 e a Empresa IMPERIO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ 26.329.036/0001-07.

I. RELATÓRIO

Recebemos para análise o Contrato Administrativo nº 001-2026/PMBB, firmado com a empresa IMPERIO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, vencedora do **PREGÃO ELETRÔNICO nº PE-014/2025-PMBB**, cujo objeto é aquisição de manilhas de concreto simples e armadas, de seção circular, com encaixe tipo ponta e bolsa, de acordo com as normas técnicas brasileiras vigentes, para atender às demandas da Prefeitura de Breu Branco-PA na execução de obras e serviços de drenagem pluvial, esgoto sanitário e saneamento básico, em conformidade com o edital e a proposta da contratada. A presente análise foca na conformidade contratual com a legislação e os termos da licitação.

II. ANÁLISE:

O contrato foi analisado com base nos requisitos da Lei nº 14.133/2021, do Edital e da proposta vencedora. Verificamos os seguintes pontos essenciais:

Ponto de Controle	Análise de Conformidade	Observações
1. Conformidade com a Licitação		
1.1 Objeto do Contrato	O objeto descrito no contrato corresponde exatamente ao que foi licitado no Edital e ofertado pela empresa.	
1.2 Preço e Valor Global	O valor do contrato R\$ 492.700,00 está de acordo com o preço homologado da proposta vencedora, devidamente empenhado.	
1.3 Prazos de Execução e Vigência	Os prazos estabelecidos estão em consonância com o previsto no Edital.	
2. Cláusulas Essenciais (Art. 92, Lei 14.133/2021)		
2.1 Partes e Fundamentação Legal	As partes : Município de Breu Branco – Prefeitura Municipal e a Empresa IMPERIO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ 26.329.036/0001-07, estão corretamente qualificadas e a base legal, lei foi citada.	
2.2 Dotação Orçamentária	O instrumento contratual indica a fonte de recursos orçamentários para cobrir a despesa.	



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA DE CONTROLES INTERNOS - PROCIN

2.3 Condições de Pagamento	As regras para a entrega dos materiais, ateste e prazo de pagamento estão claras e de acordo com a lei.	
2.4 Obrigações das Partes	As responsabilidades do Município e, principalmente, da Contratada estão bem definidas.	
2.5 Sanções Administrativas	As penalidades por atraso ou inexecução contratual estão previstas.	
2.6 Garantia Contratual	A exigência de garantias está de acordo com o Edital.	
2.7 Fiscalização do Contrato	Fois previsto a designação de fiscal para o acompanhamento do contrato, neste caso o Sr. Almir Alves Araújo.	
3. Regularidade da Contratada		
3.1 Manutenção das Condições de Habilitação	Recomenda-se a consulta da regularidade fiscal e trabalhista da empresa antes da assinatura.	

III. RECOMENDAÇÕES / PONTOS DE ATENÇÃO

Com base na análise, este Controle Interno:

- Não identificou inconsistências ou cláusulas que desatendam às normas vigentes ou aos termos da licitação. Recomenda-se apenas a conferência final de todos os dados antes da coleta das assinaturas.
- Sugere que o fiscal designado para este contrato receba cópia do processo e seja formalmente instruído sobre suas responsabilidades; realize a conferência técnica rigorosa no ato da entrega, especialmente quanto às normas técnicas das manilhas e integridade dos blocos de concreto. Por tratar-se de materiais pesados para obras, a fiscalização deve garantir que a descarga ocorra sem ônus para o município, conforme previsto. Deve-se observar o limite financeiro de R\$ 492.700,00.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e sob o prisma estrito da análise documental em face do processo licitatório e da legislação aplicável, este Controle Interno manifesta-se: **FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento dos atos para a assinatura do contrato, por entender que o mesmo está em conformidade. Podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas. Observando-se os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade de publicação dos referidos atos na imprensa oficial e Mural dos Jurisdicionados do TCM/PA

Este parecer tem caráter opinativo e de assessoramento, não substituindo a responsabilidade do gestor na análise e aprovação final do ato.

À consideração superior.

Breu Branco, PA, 02 de janeiro de 2026.

Dorivaldo Demétrio da Silva Junior
Coordenador de Controles Internos